

Servidores públicos no Maranhão realizam ato contra a Reforma Administrativa

Servidores públicos das três esferas — federal, estadual e municipal — realizam nesta quarta-feira (29), em São Luís, um grande ato público contra a Reforma Administrativa. A concentração ocorre em frente à Igreja do Carmo, no Centro, e faz parte da Marcha Nacional das Três Esferas, convocada pela CUT, em conjunto com outras centrais sindicais, confederações e federações de servidores, com o apoio das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

A mobilização ocorre em todo o país e tem como objetivo transformar a resistência em ação de rua contra uma proposta considerada um ataque ao serviço público e aos direitos sociais. Segundo Sérgio Antiqueira, secretário de Relações de Trabalho da CUT Nacional,

“A Reforma é uma farsa. Não combate privilégios, mas transfere recursos da saúde, da educação e da assistência para manter o poder e os privilégios dos mais ricos e do próprio Congresso”.



A proposta de Reforma Administrativa, apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), retoma o discurso de modernização do Estado, mas, na prática, reduz direitos, ameaça a estabilidade, restringe concursos públicos e incentiva a terceirização e a privatização dos serviços públicos.

Entre os principais pontos estão: redução de benefícios, progressão apenas por mérito competitivo, congelamento salarial, limitação do teletrabalho e possibilidade de demissão por desempenho. Também há previsão de teto para verbas indenizatórias e fim de adicionais automáticos por tempo de serviço.

As entidades afirmam que

o texto enfraquece o Estado e prejudica diretamente a população, ao permitir que funções públicas sejam ocupadas por indicados políticos e ao comprometer a qualidade dos serviços essenciais.

“Defender o serviço público é defender o Estado que garante direitos. Essa é uma luta que ultrapassa o interesse dos servidores e envolve toda a sociedade”, destacou Antiqueira.

O ato em São Luís se soma às mobilizações que ocorrem simultaneamente em várias capitais do país, reafirmando o compromisso dos trabalhadores e trabalhadoras com a defesa do serviço público e dos direitos constitucionais.

Sindsep/MA inicia entrega dos convites para a festa de 35 anos de fundação

O Sindsep/MA informa aos seus filiados que já estão sendo entregues, na sede da entidade, os convites para a festa de comemoração dos 35 anos de fundação do sindicato.

Os filiados interessados em participar do evento devem dirigir-se à sede do Sindsep/MA, em horá-

rio comercial — das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira — para retirar seus convites.

A celebração marcará uma trajetória de luta, conquistas e representatividade do Sindsep/MA em defesa dos direitos dos servidores públicos federais no Maranhão.



Por que somos contra a PEC 38/25, a Reforma Administrativa inimiga do povo

A Condsef/Fenadsef convida à leitura integral do artigo “Por que somos contra a PEC 38/2025, a Reforma Administrativa Inimiga do Povo!”. Assinado pelos diretores da entidade, Edison Cardoni e Mônica Carneiro, com supervisão técnica da advogada e assessora Jurídica, Camilla Cândido, o texto denuncia os riscos profundos embutidos na proposta de Reforma Administrativa que tramita no Congresso Nacional, batizada pelas entidades como a “PEC Trezoição”.

O texto mostra que a PEC 38/2025 não é uma proposta de modernização ou eficiência, como tenta fazer crer o discurso oficial. Trata-se, na verdade, de uma nova ofensiva contra os direitos trabalhistas, previdenciários e contra os serviços públicos, articulada por entidades patronais, bancos, ONGs e movimentos financiados pelo grande capital.

Entre os principais efeitos nocivos identificados estão:

- ✓ Corte de verbas e precarização dos serviços públicos;
- ✓ Demissão de servidores por “insuficiência de desempenho”, fragilizando a estabilidade e a independência funcional;
- ✓ Expansão de vínculos temporários e terceirizações, com o consequente enfraquecimento do Regime Jurídico Único (RJU);
- ✓ Subordinação das políticas públicas a interesses privados e

tecnocráticos, transferindo poder de decisão dos eleitos para órgãos de controle e ONGs;

- ✓ Aumento da desigualdade entre servidores, estimulando a competição por bônus e gratificações;
- ✓ Desmonte da negociação coletiva e arrocho salarial de aposentados;
- ✓ Avanço da lógica de privatização e “onguização” do Estado.

Quem está por trás da PEC

O texto detalha que a PEC foi construída sob forte influência de federações empresariais e entidades financeiras, como Fiesp, CNC, CNT, CNF e CEBRASSE, e de ONGs que se autodeclaram apartidárias, mas defendem a flexibilização das relações de trabalho e a transferência de funções públicas para o setor privado.

Essas organizações funcionam como “máscaras técnicas” de um projeto político ultraliberal, que busca consolidar um Estado mínimo e fiscalista, subordinado aos interesses do capital financeiro.

O “Cavalo de Troia” da modernização

Sob o pretexto de “modernizar” o Estado, a PEC 38/2025 recria os mesmos pilares da PEC 32/2020, proposta no governo Bolsonaro e barrada pela mobilização dos servidores.

**NÃO É REFORMA
ADMINISTRATIVA,
É DEMOLIÇÃO
CANCELA**

Já!

O artigo desmonta a retórica dos “quatro eixos” do relator Pedro Paulo (PSD-RJ), mostrando que o conteúdo real da proposta está voltado para:

Ajuste fiscal permanente em favor dos bilionários;

Flexibilização das relações de trabalho e arrocho salarial;

Esvaziamento dos poderes eleitos e avanço da tecnocracia;

Privatização, terceirização e desregulamentação do serviço público.

A análise conclui que, por trás da retórica técnica e da suposta neutralidade, o que se impõe é um projeto de desmonte do serviço público e de reconfiguração do Estado sob a lógica do mercado.

A luta contra a PEC 38/2025 não é apenas uma pauta corporativa. Trata-se da defesa do Estado brasileiro como garantidor de direitos, da proteção aos serviços públicos essenciais e da manutenção da soberania nacional frente aos interesses do grande capital.

Fonte: Condsef